

Poucas expressões são hoje tão repetidas no espaço público como a ideia de que “é preciso uma mudança”. A frase atravessa discursos políticos de diferentes quadrantes, surge em debates mediáticos, ecoa nas conversas informais e instala-se como diagnóstico quase automático para problemas complexos. Mudar tornou-se sinónimo de resolver. No entanto, raramente se discute o que essa mudança implica, nem se questiona a premissa implícita de que é possível ou desejável começar do zero. A noção de mudança, tal como é frequentemente utilizada, carrega consigo uma promessa de rutura. Subentende uma ideia de rutura com passado, de substituição integral do que existe por algo inteiramente novo. Atenção: Só com o que é negativa, como se fosse possível tal filtragem. Esta visão, embora sedutora em momentos de crise, ignora uma dimensão fundamental da condição humana e social: a história não se apaga. Costumes, estruturas, hábitos, vícios e formas de pensar acumulam-se no tempo e moldam qualquer tentativa de transformação futura (North, 1990). O homem não é uma folha em branco, nem as sociedades funcionam como sistemas que possam ser reiniciados sem resíduos. A insistência na mudança total revela, muitas vezes, mais um desejo de redenção simbólica do que uma estratégia concreta de progresso.

É precisamente aqui que a ideia de melhoria ganha relevância. A palavra, hoje pouco usada, carrega um significado subtil, mas profundo: melhorar com esperança. Não se trata de negar a necessidade de transformação, mas de a enquadrar num processo contínuo, cumulativo e realista. A melhoria reconhece o que existe, identifica falhas e trabalha sobre elas, em vez de prometer rupturas que raramente se concretizam. Este pensamento encontra eco no legado de Agostinho da Silva, que desconfiava das grandes promessas de progresso impostas de fora e valorizava antes o aperfeiçoamento humano e social feito ao longo do tempo. No seu pensamento, a liberdade e a cultura eram incompatíveis com projetos de rutura total, precisamente porque ignoravam a natureza histórica das comunidades. A melhoria, enquanto conceito, alinha-se com essa visão: não é um salto no vazio, mas um caminho construído passo a passo. No contexto português, esta reflexão ganha contornos particulares. Existe, na nossa tradição cultural, uma relação ambivalente com a ideia de progresso. Por um lado, um desejo recorrente de regeneração; por outro, um sentimento persistente de decadência. Este catastrofismo nacional foi magistralmente retratado por Eça de Queiroz, que expôs, com ironia e lucidez, a tendência para diagnosticar o atraso sem nunca resolver as suas causas profundas. A crítica de Eça não era apenas moral; era estrutural. O problema não residia na falta de vontade de mudar, mas na incapacidade de melhorar de forma consistente. Essa herança cultural ajuda a compreender porque a ideia de

mudança total continua a exercer tanto fascínio. Em momentos de crise, a rutura surge como promessa de salvação. Contudo, a História demonstra que as transformações mais duradouras raramente resultam de cortes abruptos. Pelo contrário, emergem de processos graduais de aprendizagem institucional, ajustamento social e correção de desvios.

Sistemas complexos não melhoram por substituição integral, mas por ciclos sucessivos de avaliação, correção e aperfeiçoamento. É este o princípio da melhoria contínua, amplamente estudado e aplicado em contextos industriais, organizacionais e sociais (Deming, 1986). A melhoria contínua parte de uma premissa simples, mas exigente: aceitar que os sistemas são imperfeitos, mas melhoráveis. Exige humildade para reconhecer falhas, disciplina para medir resultados e persistência para ajustar processos. Ao contrário da mudança retórica, a melhoria obriga a compromisso de longo prazo e a responsabilidade partilhada.

Transportando esta lógica para o plano político e social, a melhoria apresenta-se como alternativa ao discurso da rutura. Em vez de prometer reinícios constantes, propõe correções sucessivas. Em vez de negar o passado, aprende com ele. Em vez de alimentar expectativas irrealistas, constrói progresso incremental. A insistência na mudança total tem ainda outro efeito perverso: desresponsabiliza. Se tudo tem de mudar, ninguém é verdadeiramente responsável pelo que existe. A melhoria, pelo contrário, parte do reconhecimento de que somos herdeiros de estruturas que não escolhemos, mas pelas quais somos responsáveis. Melhorar implica assumir essa herança, não a rejeita.

Num mundo cada vez mais polarizado, este discurso ganha especial relevância. A retórica da mudança absoluta alimenta divisões, simplifica conflitos complexos e reforça a ideia de que o adversário representa um obstáculo a eliminar, não um interlocutor com quem melhorar o sistema existente. A melhoria exige diálogo, negociação e tempo, três elementos escassos num espaço público dominado pela urgência e pelo confronto. Do ponto de vista histórico, as sociedades que conseguiram maior estabilidade e prosperidade foram aquelas que investiram em instituições capazes de aprender e adaptar-se, em vez de se reinventarem constantemente. A construção de estados sociais, sistemas educativos robustos e economias reguladas resultou menos de revoluções permanentes e mais de processos graduais de consolidação institucional (Ruggie, 1982). Neste sentido, a melhoria não é um conceito conservador, mas profundamente progressista. Recusa o imobilismo, mas também a ilusão da rutura salvadora. Propõe um progresso exigente, que não se esgota em *slogans*, mas se concretiza em práticas. É uma ideia menos sedutora do que a mudança total, precisamente

porque não promete atalhos. Talvez seja por isso que a melhoria esteja ausente do discurso político dominante. Melhorar é mais difícil do que mudar. Exige trabalho continuado, resultados mensuráveis e uma ética de responsabilidade que não se compadece com ciclos curtos de atenção mediática.

Recuperar esta palavra, e o seu conceito, pode ser um exercício útil para repensar a forma como encaramos o progresso. Num país habituado a oscilar entre a exaltação da mudança e o lamento da decadência, a melhoria oferece um caminho intermédio: realista, esperançoso e profundamente humano. Talvez não precisemos de mudar tudo. Talvez precisemos, antes, de melhorar melhor.

Referências

Deming, W. E. (1986). *Out of the crisis*. MIT Press.

North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press.

Ruggie, J. G. (1982). International regimes, transactions, and change: Embedded liberalism in the postwar economic order. *International Organization*, 36(2), 379–415.

<https://doi.org/10.1017/S0020818300018993>

Silva, A. da. (1994). *Textos e ensaios filosóficos*. Assírio & Alvim.